

FUNDAÇÃO CESDA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em euros)

Exercício 2017

ÍNDICE

0	NOTA INTRODUTÓRIA	7
1	IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	7
2	REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7
2.1	ENQUADRAMENTO	7
2.2	PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE.....	8
2.3	REGIME DO ACRÉSCIMO	8
2.4	CLASSIFICAÇÃO DOS ACTIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES.....	8
2.5	PASSIVOS CONTINGENTES	8
2.6	PASSIVOS FINANCEIROS.....	9
2.7	EVENTOS SUBSEQUENTES	9
2.8	DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC.....	9
2.9	CONTAS DO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, CONTEÚDOS NÃO COMPARÁVEIS COM OS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.....	9
3	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	10
3.1	BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DFs.....	10
3.2	MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO	10
3.3	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	10
3.4	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	10
3.5	INVENTÁRIOS	11
3.6	CLIENTES E UTENTES E OUTROS VALORES A RECEBER.....	11
3.7	ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	11
3.8	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11
3.9	PROVISÕES.....	11
3.10	FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR	12
3.11	FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS.....	12
3.12	LOCAÇÕES	12
3.13	RÉDITO E REGIME DO ACRÉSCIMO	12
3.14	SUBSÍDIOS.....	13
3.15	OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES	13

3.16	PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO	13
3.17	PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS	14
4	POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	14
4.1	APLICAÇÃO	14
5	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	14
5.1	DIVULGAÇÕES GERAIS.....	14
5.2	TITULARIDADE E GARANTIA	15
5.3	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS EXPRESSOS POR QUANTIAS REVALORIZADAS.....	15
5.4	MONTANTE E NATUREZA DOS BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	16
6	ACTIVOS INTANGÍVEIS.....	16
6.1	DIVULGAÇÕES GERAIS.....	16
6.2	ACTIVOS INTANGÍVEIS COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA - JUSTIFICAÇÕES.....	16
6.3	ACTIVOS INTANGÍVEIS - ELEMENTOS INDIVIDUAIS.....	16
6.4	ACTIVOS INTANGÍVEIS SUBSIDIADOS PELO GOVERNO	16
6.5	ACTIVOS INTANGÍVEIS COM TITULARIDADE RESTRINGIDA E DADOS COMO GARANTIA DE PASSIVOS	16
6.6	ACTIVOS INTANGÍVEIS - VALOR DE COMPROMISSOS CONTRATUAIS	16
6.7	GASTOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	16
6.8	ACTIVOS INTANGÍVEIS DE CARÁCTER AMBIENTAL.....	16
7	LOCAÇÕES.....	17
7.1	LOCAÇÕES FINANCEIRAS – LOCATÁRIOS.....	17
7.2	QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA	17
7.3	DESCRIÇÃO DE ACORDOS DE LOCAÇÃO.....	17
7.4	DIVULGAÇÕES PARA LOCAÇÕES OPERACIONAIS	17
8	CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	17
8.1	DIVULGAÇÕES GERAIS.....	17
8.2	POLÍTICA CONTABILÍSTICA ADOPTADA NOS CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	18
8.3	CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS CAPITALIZADOS DURANTE O PERÍODO	18
9	INVENTÁRIOS.....	18

9.1	POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E SISTEMA DE CUSTEIO	18
9.2	QUANTIA TOTAL ESCRITURADA DE INVENTÁRIOS E QUANTIA ESCRITURADA EM CLASSIFICAÇÕES APROPRIADAS..	19
9.3	QUANTIA DE INVENTÁRIOS ESCRITURADA PELO CUSTO CORRENTE	19
10	RÉDITO.....	19
10.1	POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS PARA O RECONHECIMENTO DO RÉDITO	19
10.2	QUANTIA DE CADA CATEGORIA SIGNIFICATIVA DE RÉDITO RECONHECIDA DURANTE O PERÍODO	20
11	PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES	21
11.1	DIVULGAÇÕES POR CLASSE DE PROVISÃO	21
11.2	DESCRIÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES	21
11.3	DESCRIÇÃO DOS ACTIVOS CONTINGENTES.....	21
11.4	INDICAÇÃO DO VALOR DOS FUNDOS PERMANENTES.....	21
12	SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO.....	21
12.1	DIVULGAÇÃO	21
12.2	BENEFÍCIOS SEM VALOR ATRIBUÍDO OBTIDOS DE TERCEIRAS ENTIDADES	22
12.3	PRINCIPAIS DOADORES/FONTES DE FUNDOS.....	22
13	EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO	22
13.1	DIFERENÇAS DE CÂMBIO	22
14	IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO.....	22
14.1	DIVULGAÇÃO	22
15	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	22
15.1	BASES DE MENSURAÇÃO E OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS UTILIZADAS PARA A CONTABILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	22
15.2	COTAÇÃO DE MERCADO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS MENSURADOS AO JUSTO VALOR	23
15.3	ACTIVOS FINANCEIROS TRANSACCIONADOS SEM DESRECONHECIMENTO.....	23
15.4	ACTIVOS FINANCEIROS DADOS EM GARANTIA, PENHOR OU PROMESSA.....	23
15.5	INCUMPRIMENTOS EM EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS.....	23
16	BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS.....	23
16.1	BENEFÍCIOS E GASTOS COM O PESSOAL.....	23

16.2	NÚMERO EMPREGADOS NO FINAL DO EXERCÍCIO	24
16.3	NÚMERO DE MEMBROS DOS ÓRGÃOS DIRECTIVOS E ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍODO.....	24
16.4	INFORMAÇÃO SOBRE AS REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DIRECTIVOS	24
17	DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	24
18	OUTRAS INFORMAÇÕES	25
18.1	DECOMPOSIÇÃO DA RUBRICA ESTADO	25
18.2	UTENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER	25
18.2.1	DIVULGAÇÃO.....	25
18.2.2	PERDAS POR IMPARIDADE.....	25
18.3	DECOMPOSIÇÃO DA RUBRICA CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	26
18.4	DECOMPOSIÇÃO DA RUBRICA OUTRAS CONTAS A PAGAR	26
18.4.1	OUTROS GASTOS E PERDAS	26
18.5	DECOMPOSIÇÃO DA RUBRICA FORNECIMENTOS E SERVIÇOS	27
	Ilustração 1 - Activos fixos tangíveis.....	15
	Ilustração 2 - Amortizações	15
	Ilustração 3 - Empréstimos obtidos.....	17
	Ilustração 4 - Custos de empréstimos obtidos	18
	Ilustração 5 - Inventários	19
	Ilustração 6 - Custos com matérias	19
	Ilustração 7 – Rédito - Subsídios.....	20
	Ilustração 8 – Vendas e prestações de serviços	20
	Ilustração 9 - Outros rendimentos e ganhos.....	20
	Ilustração 10 - Refeições	21
	Ilustração 11 - Subsídios.....	22
	Ilustração 12 - Gastos com o pessoal	23
	Ilustração 13 - Estado	25
	Ilustração 14 – Utentes	25
	Ilustração 15 - Perdas por imparidade	25

Ilustração 16 - Caixa e depósitos bancários	26
Ilustração 17 - Outras contas a pagar.....	26
Ilustração 18 - Outros gastos e perdas.....	26
Ilustração 19 - Fornecimentos e serviços	27

0 NOTA INTRODUTÓRIA

As divulgações que se seguem correspondem às publicadas através do anexo 10 da Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo anexo à Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março, e com as necessárias adaptações preconizadas pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março. Aquelas que não são aplicáveis ou a sua apresentação não se considera relevante para a compreensão das Demonstrações Financeiras apresentam o texto “Não aplicável.”.

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A FUNDAÇÃO CESDA – CENTRO SOCIAL DO DISTRITO DE AVEIRO, NIF 501136673, é uma Fundação sem fins lucrativos com estatuto de utilidade Pública que iniciou a sua actividade em 02/10/1979, tendo a sua sede na Rua Manuel Fernandes da Silva, em Esgueira - Aveiro, exerce actividades de acção social CAE 87301, nomeadamente apoio à terceira idade e infância.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 ENQUADRAMENTO

A adopção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010 e em virtude do disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, as entidades sem fins lucrativos que, por legislação específica, se encontrassem sujeitas ao Plano Oficial de Contabilidade ficariam transitoriamente abrangidas pelo Sistema de Normalização Contabilística.

O Decreto -Lei n.º 36 -A/2011, de 9 de Março, aprovou o regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, em execução do previsto no n.º 2 do artigo 3.º deste diploma legal.

O Decreto -Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, prevê a publicação, mediante portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, dos modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às ESNL. O ponto 6.1 do anexo II do mesmo diploma, refere a publicação como aviso no

Diário da República da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF -ESNL).

Por Despacho n.º 74/2011/MEF do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, de 10 de Março de 2011, foi homologada a NCRF -ESNL, publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março.

O referencial adoptado é o publicado por este Aviso, com os modelos de demonstrações financeiras publicadas pela Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março.

2.2 PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2.3 REGIME DO ACRÉSCIMO

A Fundação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

2.4 CLASSIFICAÇÃO DOS ACTIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, as “Provisões” são classificados como activos e passivos não correntes.

2.5 PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

2.6 PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.7 EVENTOS SUBSEQUENTES

Se existirem acontecimentos conhecidos após a data do balanço que não dêem lugar a ajustamentos, serão divulgados em nota apropriada no anexo.

2.8 DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC

Não aplicável.

2.9 CONTAS DO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, CONTEÚDOS NÃO COMPARÁVEIS COM OS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Reclassificaram-se no exercício findo, em longo prazo, as cauções devidas aos utentes, a sua exigibilidade ultrapassa um exercício.

Foram introduzidas alterações nos registos contabilísticos das refeições com utentes e funcionários, utiliza-se uma conta de outros rendimentos para registar as vendas internas saídas da cozinha, uma subconta do pessoal para registar as refeições do pessoal e uma conta de outros gastos para registar as refeições com os utentes.

Nos anos anteriores estes valores eram registados no custo das existências, imputados às valências pela conta “999”.

Os valores podem ser comparáveis mas estão classificados em contas diferentes, os valores estão discriminados no capítulo a que dizem respeito, neste anexo.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DFS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.2 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.3 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Assim, a mensuração inicial dos activos fixos tangíveis baseou-se no método do custo e a mensuração subsequente no modelo do custo.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

3.4 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Fundação Cesda está isenta de IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas) pela norma do art.º 10º do DL nº 442-B/88, de 30 Novembro.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Fundação dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.5 INVENTÁRIOS

As existências estão valorizadas ao custo de aquisição (histórico) que inclui todas as despesas até à entrada das mesmas em armazém. O custeio das saídas é feito a custo médio ponderado em sistema de inventário permanente.

3.6 CLIENTES E UTENTES E OUTROS VALORES A RECEBER

As contas de “Clientes e utentes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, para que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

3.7 ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os activos financeiros, como sejam as acções adquiridas à Norgarante são registados pelo valor de compra, a mais ou menos-valia é apurada aquando da sua venda.

3.8 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Esta rubrica inclui caixa e depósitos à ordem em bancos.

3.9 PROVISÕES

A Fundação analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação. A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.10 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.11 FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

3.12 LOCAÇÕES

Não aplicável.

3.13 RÉDITO E REGIME DO ACRÉSCIMO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Fundação. O rédito é reconhecido líquido de abatimentos e descontos.

A Fundação reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Fundação obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os subsídios à exploração têm sofrido ajustes significativos ao longo do tempo, sendo muito difícil fazer estimativas fiáveis para cumprimento do regime do acréscimo, assim os subsídios são registados na medida em que são recebidos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

3.14 SUBSÍDIOS

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Fundação cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento da própria actividade de apoio social à terceira idade e infância, sendo os mesmos reconhecidos em resultados na medida em que são recebidos.

3.15 OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

Não aplicável.

3.16 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

A Instituição dedicava-se exclusivamente a actividades de apoio e complemento ao Sistema de Segurança Social, nomeadamente as relacionadas com apoio à infância e terceira idade, em 2016 teve de encerrar as valências da infância.

O Centro Distrital de Aveiro do I.S.S., IP decidiu revogar o acordo celebrado para a Colónia de Férias da Barra, acordo este celebrado em 2011 com o intuito de apoiar à regularização da dívida para com as entidades bancárias.

Em 2015 a Instituição viu-se confrontada com o encerramento da valência “Turismo Sénior”. A diminuição das receitas foram cerca de 350.000 euros/ano, 21% das receitas totais, se incluirmos a “Colónia” a perda de receitas ronda os 35%.

Em 2016 a Fundação viu-se obrigada a encerrar as valências da infância, creche e infantário, visto que as valências que solidariamente compensavam os gastos com as valências deficitárias foram retiradas pelo I.S.S., IP.

Os pressupostos utilizados relativos ao futuro envolvem riscos significativos de provocar ajustamentos nas demonstrações financeiras dos próximos exercícios.

3.17 PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

Não aplicável.

4 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

4.1 APLICAÇÃO

Não aplicável.

5 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

5.1 DIVULGAÇÕES GERAIS

A mensuração inicial dos activos fixos tangíveis baseou-se no método do custo, assim como, a mensuração subsequente.

As depreciações destes activos são calculadas segundo o método das quotas constantes previstas no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respectivo bem entrou em funcionamento.

Apresenta-se, no quadro seguinte, um resumo da valorização das várias classes de activos fixos tangíveis:

31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-17
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	257 816,00	-	-	-	-	257 816,00
Edifícios e outras construções	1 656 226,77	25 821,17	(149 639,37)	-	-	1 532 408,57
Equipamento básico	459 236,18	893,75	(1 773,00)	-	-	458 356,93
Equipamento de transporte	123 277,13	-	-	-	-	123 277,13
Equipamento administrativo	204 476,34	701,50	-	-	-	205 177,84
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	106 009,13	-	-	-	-	106 009,13
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
	<u>2 807 041,55</u>	<u>27 416,42</u>	<u>(151 412,37)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2 683 045,60</u>
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1 446 017,94	57 879,86	(149 639,37)	-	-	1 354 258,43
Equipamento básico	412 861,56	11 568,62	(1 773,00)	-	-	422 657,18
Equipamento de transporte	121 902,13	1 375,00	-	-	-	123 277,13
Equipamento administrativo	202 469,64	1 280,54	-	-	-	203 750,18
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	102 754,39	1 265,00	-	-	-	104 019,39
	<u>2 286 005,66</u>	<u>73 369,02</u>	<u>(151 412,37)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2 207 962,31</u>
						<u>475 083,29</u>

Ilustração 1 - Activos fixos tangíveis

CESDA
2017

	64212	64213	64214	64215	64217
	Deprec-edifícios outras construções	Deprec- equipamento básico	Deprec- equipamento de transporte	Deprec- equipamento administrativo	Deprec-outras imob. corpóreas
6101 Lar "Passo Séniór"	22 571,88	17 323,45	3 482,68	1 375,00	390,75
6104 Apoio Domiciliário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6401 CAT-Centro Aloj. Temporario	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6403 Intervenção Comunitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
65051 Administração	50 797,14	40 556,41	8 085,94	0,00	889,79
	<u>73 369,02</u>	<u>57 879,86</u>	<u>11 568,62</u>	<u>1 375,00</u>	<u>1 280,54</u>
					<u>1 265,00</u>

Ilustração 2 - Amortizações

5.2 TITULARIDADE E GARANTIA

Não existem restrições de titularidade relativamente a activos fixos, contudo, o edifício da sede está dado como garantia do crédito existente junto do Millennium BCP (n.º 4584997).

5.3 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS EXPRESSOS POR QUANTIAS REVALORIZADAS

Não aplicável.

5.4 MONTANTE E NATUREZA DOS BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL

Não aplicável.

6 ACTIVOS INTANGÍVEIS**6.1 DIVULGAÇÕES GERAIS**

Não aplicável.

6.2 ACTIVOS INTANGÍVEIS COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA - JUSTIFICAÇÕES

Não aplicável.

6.3 ACTIVOS INTANGÍVEIS - ELEMENTOS INDIVIDUAIS

Não aplicável.

6.4 ACTIVOS INTANGÍVEIS SUBSIDIADOS PELO GOVERNO

Não aplicável.

6.5 ACTIVOS INTANGÍVEIS COM TITULARIDADE RESTRINGIDA E DADOS COMO GARANTIA DE PASSIVOS

Não aplicável.

6.6 ACTIVOS INTANGÍVEIS - VALOR DE COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Não aplicável.

6.7 GASTOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Não aplicável.

6.8 ACTIVOS INTANGÍVEIS DE CARÁCTER AMBIENTAL

Não aplicável.

7 LOCAÇÕES

7.1 LOCAÇÕES FINANCEIRAS – LOCATÁRIOS

Não aplicável.

7.2 QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA

Não aplicável.

7.3 DESCRIÇÃO DE ACORDOS DE LOCAÇÃO

Não aplicável.

7.4 DIVULGAÇÕES PARA LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Não aplicável.

8 CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

8.1 DIVULGAÇÕES GERAIS

Os pagamentos relacionados com amortizações de empréstimos foram de 82.084,12 € aos quais acrescem os juros correspondentes de 12.159,86 €.

	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	345 485,42	-	397 569,54	-
Entidades não Financeiras	-	-	30 000,00	-
Contas bancárias de factoring	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-
Descobertos bancários contratados	-	-	-	-
Locações financeiras	-	-	-	-
Rent-car	-	-	-	-
Outros empréstimos	-	-	-	-
Caixa	-	-	-	-
Depósitos	-	-	-	-
	345 485,42	-	427 569,54	-

Ilustração 3 - Empréstimos obtidos

Gastos com empréstimos no período:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	12,59	1,48
Outros rendimentos similares	-	-
	<u>12,59</u>	<u>1,48</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	12 159,86	10 202,80
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
	<u>12 159,86</u>	<u>10 202,80</u>
Resultados Financeiros	<u>(12 147,27)</u>	<u>(10 201,32)</u>
Serviços Bancários		
Serviços Bancários - geral	1 280,24	3 290,66
	<u>1 280,24</u>	<u>3 290,66</u>
Total Gastos Financeiros	<u>(13 427,51)</u>	<u>(13 491,98)</u>

Ilustração 4 - Custos de empréstimos obtidos

8.2 POLÍTICA CONTABILÍSTICA ADOPTADA NOS CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os custos de empréstimos obtidos foram contabilizados em função do período a que respeitam, não tendo sido efectuada qualquer capitalização, uma vez que os empréstimos não se destinaram à aquisição ou construção de um activo.

8.3 CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS CAPITALIZADOS DURANTE O PERÍODO

Não aplicável.

9 INVENTÁRIOS

9.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E SISTEMA DE CUSTEIO

Os inventários foram mensurados pelo método do custo, sendo usado nos consumos o custo médio ponderado.

9.2 QUANTIA TOTAL ESCRITURADA DE INVENTÁRIOS E QUANTIA ESCRITURADA EM CLASSIFICAÇÕES APROPRIADAS

O valor de inventários escriturado foi de:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Mercadorias	-	-
Materias primas subsidiárias e de consumo	8.775,94	4.959,66
Produtos acabados	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-
Obras em curso	-	-
Adiantamentos por conta de compras *	-	-
	<u>8.775,94</u>	<u>4.959,66</u>
Perdas por imparidades de inventários	-	-
	<u>8.775,94</u>	<u>4.959,66</u>

Ilustração 5 - Inventários

O valor de inventários reconhecido como um gasto (custo das vendas) durante o período foi de:

	<u>31-Dez-17</u>			<u>31-Dez-16</u>		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	4.959,66	-	4.959,66	8.920,70	-	8.920,70
Regularizações	5.659,18	-	5.659,18	-	-	-
Compras	199.569,59	-	199.569,59	247.395,11	-	247.395,11
Custo de vendas	<u>(201.412,49)</u>	-	<u>(201.412,49)</u>	<u>(251.356,15)</u>	-	<u>(251.356,15)</u>
Saldo final em 31 de Dezembro	<u>8.775,94</u>	-	<u>8.775,94</u>	<u>4.959,66</u>	-	<u>4.959,66</u>

Ilustração 6 - Custos com matérias

9.3 QUANTIA DE INVENTÁRIOS ESCRITURADA PELO CUSTO CORRENTE

Não aplicável.

10 RÉDITO

10.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS PARA O RECONHECIMENTO DO RÉDITO

Os subsídios do Instituto da Segurança Social são reconhecidos ao seu justo valor quando são recebidos, no entanto a Fundação cumpre com todas as condições para o receber. O I.S.S., IP ao

fazer ajustamentos e ao retirar valências sem planos anuais leva a que a Fundação não consiga fazer estimativas consistentes, optando-se por registar os subsídios quando são recebidos.

Os rendimentos suplementares são valores referentes, principalmente, a recuperação de gastos com despesas feitas por conta dos utentes.

10.2 QUANTIA DE CADA CATEGORIA SIGNIFICATIVA DE RÉDITO RECONHECIDA DURANTE O PERÍODO

Listam-se, agrupados por categoria, os réditos do período:

Subsídios	31-Dez-17	31-Dez-16
Sub. Exp.-Segurança Social	534 238,32	578 721,00
	-	-
Sub. ISS - Cantina Social	54 900,00	62 930,00
	589 138,32	641 651,00

Ilustração 7 – Rédito - Subsídios

Vendas e Prestação de Serviços	31-Dez-17			31-Dez-16		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Produtos	1 068,13	-	1 068,13	-	-	-
Mercadorias	-	-	-	-	-	-
Prestações de Serviços	385 841,33	-	385 841,33	409 179,69	-	409 179,69
	386 909,46	-	386 909,46	409 179,69	-	409 179,69

Ilustração 8 – Vendas e prestações de serviços

Outros rendimentos e ganhos	31-Dez-17	31-Dez-16
Rendimentos suplementares	313 548,50	332 178,94
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,01	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos finan	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não finan	96 601,00	657,00
Outros *	30 894,37	15 216,88
Correcções relativas a períodos anteriores	-	4 002,08
Excesso da estimativa para impostos	-	-
Imputação de subsídios para investimentos	14 958,82	-
Ganhos em outros instrumentos financeiros *	-	-
Restituição de impostos	6 029,48	7 733,61
Donativos recebidos	8 355,92	2 524,62
Outros não especificados	277,50	0,24
Receitas EVENTOS CESDA	1 272,65	956,33
	441 043,88	348 052,82

Ilustração 9 - Outros rendimentos e ganhos

Nos rendimentos suplementares estão incluídas as refeições facturadas internamente da cozinha de valor igual a 295.509,50 € em 2016 e 278.822,50 € em 2017.

	2017	2016
Refeições fornecidas aos funcionários	34 276,50	39 716,50
Refeições fornecidas aos utentes	244 546,00	255 793,00
Rendimentos Suplem.-REFEIÇÕES COZINHA	-278 822,50	-295 509,50
Controlo	0,00	0,00

Ilustração 10 - Refeições

11 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

11.1 DIVULGAÇÕES POR CLASSE DE PROVISÃO

Não aplicável.

11.2 DESCRIÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES

Não aplicável.

11.3 DESCRIÇÃO DOS ACTIVOS CONTINGENTES

Não aplicável.

11.4 INDICAÇÃO DO VALOR DOS FUNDOS PERMANENTES

Não aplicável.

12 SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO

12.1 DIVULGAÇÃO

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Fundação cumpre com todas as

condições para o receber. No entanto, como já referido e pelas mesmas razões, os subsídios são registados quando recebidos.

Subsídios	31-Dez-17	31-Dez-16
Sub. Exp.-Segurança Social	534 238,32	578 721,00
Sub. ISS - Cantina Social	54 900,00	62 930,00
	589 138,32	641 651,00

Ilustração 11 - Subsídios

12.2 BENEFÍCIOS SEM VALOR ATRIBUÍDO OBTIDOS DE TERCEIRAS ENTIDADES

Não aplicável.

12.3 PRINCIPAIS DOADORES/FONTES DE FUNDOS

Não aplicável.

13 EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

13.1 DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Não aplicável.

14 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

14.1 DIVULGAÇÃO

A Fundação Cesda está isenta de IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas) pela norma do art.º 10 do DL nº 442-B/88, de 30 Novembro.

15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1 BASES DE MENSURAÇÃO E OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS UTILIZADAS PARA A CONTABILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Não aplicável.

15.2 COTAÇÃO DE MERCADO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS MENSURADOS AO JUSTO VALOR

Não aplicável.

15.3 ACTIVOS FINANCEIROS TRANSACCIONADOS SEM DESRECONHECIMENTO

Não aplicável.

15.4 ACTIVOS FINANCEIROS DADOS EM GARANTIA, PENHOR OU PROMESSA

Não aplicável.

15.5 INCUMPRIMENTOS EM EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS

Não aplicável.

16 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

16.1 BENEFÍCIOS E GASTOS COM O PESSOAL

Decompõem-se por rubrica os gastos com o pessoal no período:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	576 072,04	684 001,97
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	119 890,18	143 938,34
Seguros	4 094,76	5 991,00
Gastos de acção social	-	-
Outros gastos com pessoal	8 423,97	82 000,07
	<u>708 480,95</u>	<u>915 931,38</u>

Ilustração 12 - Gastos com o pessoal

Nos outros gastos com o pessoal estão incluídos 3.656,54 € que correspondem à variação dos crescimentos de férias e subsidios de férias a pagar em 2018.

16.2 NÚMERO EMPREGADOS NO FINAL DO EXERCÍCIO

O número de empregados no final do exercício era de 51 pessoas.

16.3 NÚMERO DE MEMBROS DOS ÓRGÃOS DIRECTIVOS E ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍODO

Número de membros por órgão directivo:

- Direcção: 3
- Assembleia: 0
- Conselho Fiscal: 3

16.4 INFORMAÇÃO SOBRE AS REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DIRECTIVOS

Os órgãos directivos não são remunerados pela Fundação.

17 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos da alínea e) do n.º 5 do Artigo 66º, do mesmo normativo.

18 OUTRAS INFORMAÇÕES

18.1 DECOMPOSIÇÃO DA RUBRICA ESTADO

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Activo		
Imposto sobre o rendimento - IRC	-	-
Retenção de impostos sobre rendimentos - IRS	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	1 449,21	5 272,23
Contribuições para a Segurança Social	-	-
Outros impostos e taxas	-	162,94
	<u>1 449,21</u>	<u>5 435,17</u>
Passivo		
Imposto sobre o rendimento - IRC	-	-
Retenção de impostos sobre rendimentos - IRS	3 916,70	4 321,17
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	-	-
Contribuições para a Segurança Social	17 469,42	21 870,22
Outros impostos e taxas	64,82	-
	<u>21 450,94</u>	<u>26 191,39</u>

Ilustração 13 - Estado

18.2 UTENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

18.2.1 DIVULGAÇÃO

	<u>31-Dez-17</u>		<u>31-Dez-16</u>	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Cientes				
Cientes/Utentes conta corrente	-	73 566,72	-	84 353,77
Cientes/Utentes conta títulos a receber	-	-	-	-
Adiantamentos de Cientes/Utentes	-	-	-	-
	-	-	-	-
	-	<u>73 566,72</u>	-	<u>84 353,77</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	(63 639,53)	-	(63 639,53)
	-	<u>9 927,19</u>	-	<u>20 714,24</u>
Cauções a devolver	<u>(28 519,08)</u>		<u>(25 102,70)</u>	

Ilustração 14 – Utentes

18.2.2 PERDAS POR IMPARIDADE

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Saldo a 1 de Janeiro	(63 639,53)	(63 282,86)
Aumento	-	-
Reversão	-	(356,67)
Regularizações	-	-
	<u>(63 639,53)</u>	<u>(63 639,53)</u>

Ilustração 15 - Perdas por imparidade

18.3 DECOMPOSIÇÃO DA RUBRICA CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Caixa	3 513,47	20 199,89
Depósitos à ordem	53 943,65	26 263,91
B.C.P. (224042162)	20 116,70	22 875,55
Caixa Económica Montepio Geral	1 419,25	2 970,09
B.C.P. (6764975)	-	-
B.P.A. (4159660)	-	-
Caixa de Credito Agricola - Costa Verde	32 407,70	418,27
Depósitos à prazo	-	-
Outros Depósitos Bancários	-	-
	-	-
	<u>57 457,12</u>	<u>46 463,80</u>

Ilustração 16 - Caixa e depósitos bancários

18.4 DECOMPOSIÇÃO DA RUBRICA OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>31-Dez-17</u>		<u>31-Dez-16</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Pessoal	-	-	-	12.645,09
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Consultores, assessores e interm.	-	4.646,17	-	2.386,84
Cauções	28.519,08	-	25.102,70	-
Credores diversos	-	5.700,23	-	867,40
Devedores e credores por acréscimos	-	87.552,34	-	83.895,80
	<u>28.519,08</u>	<u>97.898,74</u>	<u>25.102,70</u>	<u>99.795,13</u>

Ilustração 17 - Outras contas a pagar

18.4.1 OUTROS GASTOS E PERDAS

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Impostos	775,62	296,15
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos finan	-	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros:	-	-
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Correcções relativas a períodos anteriores	286,26	-
Donativos	-	-
Quotizações	500,00	500,00
Ofertas e amostras de inventários	-	-
Insuficiência da estimativa para impostos	-	-
Perdas em instrumentos financeiros	-	-
OCP - CAT	325,00	410,00
Outros não especificados	244 546,40	255 989,19
	<u>246 433,28</u>	<u>257 195,34</u>

Ilustração 18 - Outros gastos e perdas

A rubrica de outros gastos e perdas (não especificados) inclui, em 2016, 255.793,00 € registados como refeições fornecidas aos utentes e em 2017, 244.546,00 €.

18.5 DECOMPOSIÇÃO DA RUBRICA FORNECIMENTOS E SERVIÇOS

	<u>31-Dez-17</u>	<u>31-Dez-16</u>
Subcontratos	-	-
Subcontratos - Mercado Nacional	-	-
Fornecimentos e Serviços	61 101,34	82 525,85
Trabalhos especializados	16 370,99	14 262,73
Trabalhos Especializados Geral	2 369,40	1 238,15
Trabalh.Especializados-a Distribuir	14 001,59	13 024,58
Publicidade e Propaganda	0,00	0,00
Conta não existente	0,00	0,00
Honorários	22 616,51	30 571,57
Comissões	0,00	0,00
Conservação e reparação	20 833,60	34 400,89
Serviços Bancários - geral	1 280,24	3 290,66
Serviços Administração e Gestão Fundos Compe	0,00	0,00
Materiais	1 885,10	2 761,87
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	306,47	902,60
Livros e documentação técnica	0,00	0,00
Material de escritório	0,00	117,03
Artigos para oferta	340,00	402,30
Outros	356,70	189,80
Gastos - EVENTOS CESDA	881,93	1 150,14
Energia e fluidos	78 070,29	89 943,65
Electricidade	27 748,77	37 481,17
Combustíveis	35 737,52	34 253,28
Água	14 584,00	18 209,20
Outros	0,00	0,00
Descontos e abatimentos em energia e fluidos	0,00	0,00
Deslocações, estadas e transportes	1 881,61	2 165,30
Deslocações e estadas	1 881,61	1 915,30
Transportes de pessoal e utentes	0,00	250,00
Transportes de mercadorias	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Serviços diversos	14 832,77	20 299,33
Rendas e alugueres	0,00	0,00
Comunicação	6 990,73	7 273,66
Seguros	4 287,77	4 875,90
Royalties	0,00	0,00
Contencioso e notariado	644,80	5 001,50
Despesas de representação	0,00	0,00
Limpeza, higiene e conforto	0,00	0,00
Outros serviços	2 909,47	3 148,27
Descontos e abatimentos em serviços diversos	0,00	0,00
	<u>157 771,11</u>	<u>197 696,00</u>

Ilustração 19 - Fornecimentos e serviços

Paço – 25 de Março de 2018

Carlos Filipe Pereira Nunes

Eduardo Bude Almeida
